

**LONGO PERCURSO** ANTEPROJETO DE LEI, COM 100 ARTIGOS E 35 PÁGINAS, DEVE SER SUBMETIDO A AMPLO DEBATE ATÉ CHEGAR AO CONGRESSO NACIONAL, PARA VOTAÇÃO

# A universidade em discussão



**REPERCUSSÃO.** Há meses, setores ligados à Universidade Federal do Espírito Santo discutem as propostas de reforma, já tendo manifestado publicamente rejeição ao projeto apresentado pelo Governo Lula; professores da instituição também fazem restrições. FOTO: DANIELA MARTINS - 2/8/2004

## Anteprojeto de reforma do Governo desagrada a educador público e privado

### CLAUDIA FELIZ

Em meio a inúmeras críticas sobre as mais variadas medidas adotadas no país, desde que assumiu o poder o Governo petista do presidente Lula, entra em cena mais um tema polêmico: a reforma universitária.

A proposta governamental divide opiniões. De um lado, há quem a veja como privatizante; de outro, quem a interprete como um ataque à economia de mercado.

E é em meio a essa polêmica que os 2.805 alunos aprovados no vestibular da Ufes e outros milhares, que ingressarão nas faculdades privadas capixabas, vão estar convivendo durante este ano letivo, até que o projeto da reforma seja aprovado pelo Congresso Nacional.

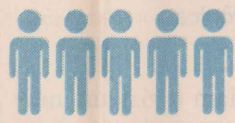
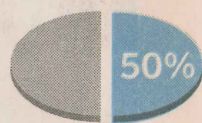
fes, precisa ser discutida. "Não adianta estabelecer cotas sem uma política de permanência. De que adianta o aluno entrar na universidade se não tem condições de se alimentar, morar, ter acesso a livros", diz.

**Interferência.** Não falta também bombardeio dos representantes do setor privado. É que o Governo propõe que sejam criados conselhos, formados por professores, funcionários, estudantes e líderes comunitários, para definir os rumos acadêmicos e administrativos das faculdades.

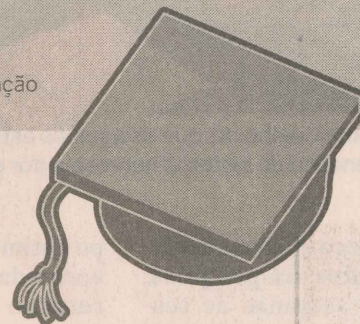
Para completar, reserva aos donos das instituições privadas apenas 20% de participação nesse conselho. E limita em 30% a participação acionária de grupos estrangeiros

### Principais pontos

O anteprojeto de lei proposto pelo Ministério da Educação estabelece normas gerais para a educação superior e regula o Sistema Federal de Educação.



■ Reserva de metade das vagas a alunos da rede pública, afro-descendentes e indígenas em universidades federais



■ Implantação de uma política de autonomia e financiamento das universidades públicas.



As instituições deverão se habilitar à gestão autônoma dos recursos que lhes forem destinados, no regime de orçamento global, pelo atendimento de indicadores institucionais de gestão e desempenho

■ Reserva de vagas para alunos de baixa renda na rede particular, em troca de isenção fiscal



■ Projeto do gênero já está em vigor, com o funcionamento do Programa Universidade Para Todos (Prouni), que disponibiliza 100 mil vagas nas instituições particulares, onde

### VALORIZAÇÃO DO ENSINO

## Instituições se auto-analisam até 2006

Universidades farão diagnóstico dos processos de ensino, pesquisa e extensão

Até setembro de 2006, as instituições federais de ensino superior do país estarão en-



zante; de outro, quem a interprete como um ataque à economia de mercado.

E é em meio a essa polêmica que os 2.805 alunos aprovados no vestibular da Ufes e outros milhares, que ingressarão nas faculdades privadas capixabas, vão estar convivendo durante este ano letivo, até que o projeto da reforma seja aprovado pelo Congresso Nacional.

Mesmo quem se diz favorável ao anteprojeto de Lei da Educação Superior, que prevê autonomia às instituições federais, torce o nariz para algumas das medidas propostas. Como a que prevê isenção fiscal para instituições privadas, em troca de vagas para alunos da rede pública, com renda de até três salários mínimos, já adotada por meio do Programa Universidade para Todos (Prouni).

“A prioridade tem que ser o investimento na rede pública”, dispara a presidente da Associação de Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Vânia Maria Louzada Moreira. “O Governo fatiou a reforma. Lançou o Prouni antes para fugir da discussão ampla”, diz ela.

Vânia Moreira alega que as universidades públicas é que têm que ter suas vagas ampliadas, “porque oferecem o melhor nível de ensino”. Diz que algumas faculdades que participam do Prouni sequer foram avaliadas pelo Governo. “A arrecadação perdida com a isenção fiscal poderia ser investida no ensino público. Saiaria mais barato”, garante.

Até a política de cotas para alunos de escolas públicas, afrodescendentes e indígenas, na visão da presidente da Adu-

jam criados conselhos, formados por professores, funcionários, estudantes e líderes comunitários, para definir os rumos acadêmicos e administrativos das faculdades.

Para completar, reserva aos donos das instituições privadas apenas 20% de participação nesse conselho. E limita em 30% a participação acionária de grupos estrangeiros nas universidades.

Para o presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Privados de Ensino do Estado (Sinepe) e também proprietário da Faesa, Alexandre Theodoro, tais medidas “representam um retrocesso e desestimulam investimentos” no setor.

Reitor da UVV, uma das 53 mantenedoras de ensino superior do Estado - número que cresceu 381,8% em relação ao existente em 1999 -, e ex-reitor da Ufes, Manoel Ceciliano Salles de Almeida, critica o Governo por deixar de investir nas instituições públicas e lançar o Prouni.

“Ele deve equipar as universidades federais e pagar melhor aos seus professores”, diz. Sobre a participação de líderes comunitários na gestão das privadas, diz que é meramente político e ideológico. “A instituição privada não precisa que lhe digam como economizar, que caminhos trilhar para crescer. Este Governo está jogando para a platéia”, afirma.

Até o final de março, o MEC receberá propostas de mudanças no texto para entregar o anteprojeto à Casa Civil da Presidência. Será, então, aberta a fase de consulta pública. Em junho, o projeto chegará ao Congresso Nacional.

## Deputado defende ajuste de reforma

Deputado federal capixaba, Renato Casagrande (PSB) argumenta que a reforma universitária tem que ser ajustada, mas é importante para a educação brasileira. “Há quem critique o Prouni, mas também há pressa de quem não tem dinheiro e precisa e quer estudar. E o Governo está também investindo neste ano em instituições públicas”, diz. Para Casagrande, que defende a abertura de mais uma universidade federal no Estado na Região Sul, o Governo

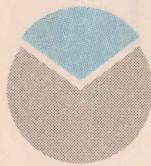
precisa, paralelamente à concessão de autonomia às públicas, estabelecer metas para que elas possam também arrecadar recursos em parceria com a iniciativa privada. “Produção científica e envolvimento com a comunidade são outros fatores importantes”, cita. Ele diz que a lei não pode interferir na atividade privada, mas que é preciso que haja controle. E alega que o país não pode abrir um setor estratégico como a Educação ao capital estrangeiro.



As instituições deverão se habilitar à gestão autônoma dos recursos que lhes forem destinados, no regime de orçamento global, pelo atendimento de indicadores institucionais de gestão e desempenho

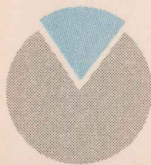
- Despesas de inativos e pensionistas das instituições federais de educação superior correrão à conta do Tesouro Nacional.

Hoje, estima-se que eles representem **30% da folha de pagamento das universidades**



- Criação de conselho, formado por professores, funcionários, estudantes e líderes comunitários para definir rumos acadêmicos e administrativos das faculdades privadas.

Nesse conselho, a participação dos proprietários fica limitada a **20%**



em troca de isenção fiscal



- Projeto do gênero já está em vigor, com o funcionamento do Programa Universidade Para Todos (Prouni), que disponibiliza 100 mil vagas nas instituições particulares, onde alunos com renda familiar per capita de até três salários mínimos, que tenham cursado o ensino médico na rede pública ou tenham sido beneficiados por bolsa de estudos, são contemplados com bolsas integrais ou parciais em faculdade privada

- Liberdade de ensino à iniciativa privada será exercida em razão e nos limites da função social da educação superior. A abertura de novos cursos só será autorizada mediante atendimento da “necessidade social do país”



Limitação em **30%** das participação acionária de grupos estrangeiros nas universidades brasileiras

- Extinção das fundações que viabilizam acesso a verbas do setor privado a pesquisadores

## Universidades farão diagnóstico dos processos de ensino, pesquisa e extensão

Até setembro de 2006, as instituições federais de ensino superior do país estarão envolvidas num processo de auto-avaliação, diagnosticando seus processos de ensino, pesquisa e extensão.

Para o ouvidor e presidente da Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Carlos Vinícius, esses processos estão intimamente relacionados com a valorização de professores, servidores e alunos, e com a inserção da sociedade local na universidade.

Ele explica que o modelo vigente nas instituições foi definido em 1968, quando foi realizada a última reforma universitária brasileira.

“Exalamos um perfume antigo, mas a universidade precisa mudar, porque o mundo mudou. Temos que aprimorar o processo de parceria e diálogo com a comunidade que nos cerca, o que já fazemos na Ufes com nossos 217 projetos de extensão, com o ensino a distância para seis mil alunos e parcerias com empresas públicas e privadas”, diz.

O ouvidor faz questão de frisar que a Ufes “é uma das dez melhores universidades brasileiras”. E afirma: “O futuro do Brasil passa pela universidade pública, vetor de desenvolvimento, centro de formação da intelectualidade, da elite e da classe laboriosa deste país”.

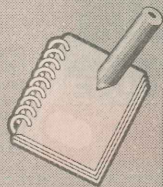
Ele defende que a comunidade se insira na discussão da reforma universitária, sob a alegação de que a educação “é um bem público e não privado”, e que é preciso que existam regras. “O lucro de quem atua com o ensino tem que ser submetido ao Estado”, afirma.

## Números



As instituições de educação superior do país têm

**3,9 milhões** de estudantes em cursos de graduação



Houve um aumento médio de **11,7%** da matrícula em 2003, em relação a 2002

No setor privado, com **2.750.652 estudantes**

O crescimento foi de **13,3%**

e no setor público, de **8,1%**



**REFORMA** UM DIZ QUE PROLIFERAÇÃO DE FACULDADES É UM “DESCALABRO”; OUTRO ACHA INADMISSÍVEL INSTITUIÇÕES TEREM SÓ 20% DE REPRESENTAÇÃO EM CONSELHO

# Duelo de opiniões sobre o projeto

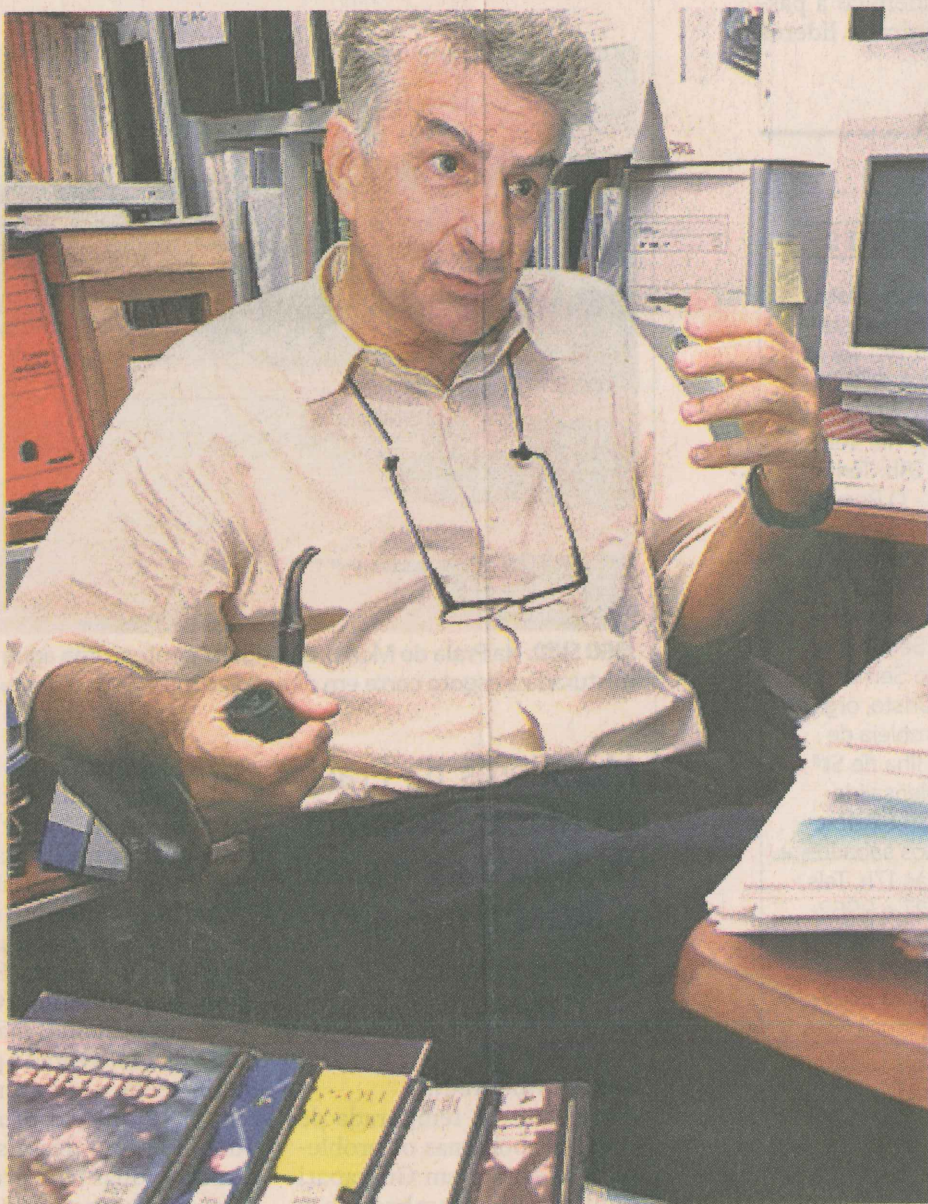
Ênio Candotti, da SBPC, e Alexandre Theodoro, do Sinepe, têm visões diferentes

## CLAUDIA FELIZ

De um lado, o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ênio Candotti. De outro, o presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Privados de Ensino do Espírito Santo (Sinepe-ES), Alexandre Theodoro. No meio, a reforma universitária, vista por ambos de forma diferenciada. Candotti, que é também professor de Física

da Ufes, define como “descalabro” o quadro atual de funcionamento de faculdades privadas no país. “Criou-se um supermercado da Educação”, diz ele, para quem é preciso que haja função social também no trabalho desenvolvido pelas instituições privadas de ensino. Theodoro, por sua vez, cobra do Governo federal um maior controle, acompanhamento e orientação a todas as instituições de ensino,

sejam públicas ou privadas. Para ele, é inadmissível que aos gestores de faculdades privadas só seja garantida 20% de participação em conselhos que, conforme prevê o anteprojeto do Governo, deve contar com participação até de líderes comunitários, além de servidores e professores. Se isso ocorrer, diz ele, as instituições ficarão travadas, porque vai preponderar uma discussão ideológica.



**VAGAS.** Candotti diz que o Prouni é um instrumento que atende a 10% do problema, mas que é preciso outras medidas para garantir vagas para alunos de baixa renda



**PRODUTO.** Alexandre Theodoro diz que a educação não é um bem que se comercializa e que as escolas particulares têm essa consciência.

AJ02557-2

Instituto Jones dos Santos Neves  
Biblioteca



## “Criou-se um supermercado da educação. É uma irresponsabilidade”

Foto **HELÔ SANT'ANA**

### As instituições privadas de ensino superior queixam-se da interferência do Governo no negócio.

Ainda está tudo em aberto para ser debatido, mas nos Estados Unidos, por exemplo, na Universidade da Califórnia, dos 15 membros do conselho, dez são representantes do Governo. Aqui, todos se queixam que o quadro nas privadas é calamitoso. Alguém acredita que, na prática, uma instituição como a Estácio de Sá seja filantrópica? E as faculdades do Digenio, são sem fins lucrativos? Ele tem apoio de uma bancada no Congresso Nacional?

### O senhor concorda com a criação de conselhos que ditem os rumos acadêmicos das privadas, com participação de líderes comunitários?

♦ É preciso ficar claro que deve existir função social na faculdade privada. Na Áustria, na Alemanha, na França, os interesses dessas instituições estão bem definidos.

### E com a restrição do capital estrangeiro no setor?

♦ Os empresários brasileiros não querem a competição do estrangeiro, mas aqui dentro querem pintar e bordar. Se desejam proteção, têm que funcionar como serviço público em concessão, atendendo a algumas finalidades sociais. Porque o interesse social está em toda a parte.

### Como o senhor avalia a

### abertura de faculdades privadas no país?

Está um descalabro. Os mentores da liberalização na educação superior foram desmentidos pelos fatos de que haveria regulação e avaliação. Houve um *boom*, um descontrole e o resultado foi a baixa qualidade. Criou-se um supermercado da Educação. E a idéia de se considerar a Educação como mercadoria, sem um rigoroso marco regulatório, é uma irresponsabilidade. Deixaram que o mercado regulasse o setor, o que é errado, é selvagem.

### Qual sua opinião sobre o Prouni?

Ele é um instrumento que atende a dez por cento do problema. É imaginativo. Conseguiu fazer com que as instituições que não davam retorno dos benefícios fiscais recebidos passassem a dar alguma coisa. Foram abertas pelo menos cem mil vagas. Mas, além do Prouni, são necessárias outras medidas, como abertura de vagas nas instituições federais.

### Há críticas sobre a falta de investimento do Governo nessas instituições.

Na proposta da reforma universitária, está previsto que os custos com os inativos saiam da folha das universidades e fiquem com o Tesouro. Isso vai resultar em mais verba. Outra coisa: o Governo, neste ano, vai contratar seis mil professores e investir mais R\$ 1,7 bilhão nas universidades federais. A gente

vem pedindo isso há anos.

### Também há críticas sobre a falta de investimento no ensino médio.

Esse é um problema mais complexo, que realmente exige atenção, porque envolve mais ou menos seis milhões de estudantes. Com a universalização do ensino fundamental, a demanda por ensino médio cresceu muito. Em algumas áreas, a qualificação dos professores é baixa - mais de 50% dos que lecionam Física, por exemplo, não são licenciados em Física.

### De maneira geral, as instituições de ensino, públicas e privadas, não devem ser mais cobradas?

É importante definir, por exemplo, o nível de exigência para uma instituição ser uma universidade. Hoje, dentre as 53 federais existentes, umas 20 oferecem uma formação de melhor nível, com professores com mestrado e doutorado, com produção científica. As outras têm que ser alvo de um programa de indução de qualidade, com o estabelecimento de uma política diferenciada que possa promover isso de forma mais rápida. Em relação às privadas, só umas cinco têm nível universitário. As demais funcionam como grandes colégios para adultos. Elas têm professores que precisam de maior qualificação e também apresentam baixa produção de conhecimento.

## “É inadmissível uma proposta onde o gestor maior do negócio só tenha 20% de participação”

Foto **DIVULGAÇÃO**

### Como o senhor vê líderes comunitários no conselho de faculdades privadas?

É inadmissível uma proposta onde o gestor maior do negócio só tenha 20% de participação, e que outros elementos estranhos à instituição ditem seus caminhos.

### E se essa medida for colocada em prática?

A instituição perderá sua capacidade de se desenvolver e atuar rapidamente. Ficará travada. Porque haveria primeiro uma discussão ideológica para se definir os rumos da instituição.

### Perderia o caráter privado?

Também perderia. E desestimularia os investidores. Como você cria uma instituição, faz com que ela se desenvolva e cumpra seu papel formadora, e de uma hora para outra aparece alguém que vai interferir diretamente nos rumos dessa instituição?

### O Governo diz que as faculdades devem atender às necessidades sociais do país.

Antes de 1995 essa necessidade social já era citada, quando ainda existia o Conselho Federal de Educação e tudo dependia de articulação. Isso acabou porque o país estava com um grande número de jovens fora da educação superior. O que é necessidade social para um gabinete de ministro lá em Brasília? Nosso Estado, por exemplo, com grande quantidade de empresas se esta-

belecendo, investindo, muda de cara com frequência, diante de novas perspectivas. Até essa gente lá entender que precisamos criar determinados cursos, a demanda já será outra.

### Há críticas sobre o “boom” das faculdades privadas.

Existe um Plano Decenal de Educação, feito em 1999, onde o Governo se compromete a colocar 30% dos jovens entre 18 e 24 anos no ensino superior. Mas ele não poderia atingir isso apenas com instituições federais. Houve uma abertura maior para atuação das instituições privadas. O Governo hoje deveria estar preocupado com controle, avaliação, acompanhamento e orientação das instituições.

### Como o senhor vê a limitação do capital estrangeiro?

Eu acho um retrocesso, porque há risco de se perder acesso a tecnologias utilizadas lá fora, em pleno desenvolvimento, como a do ensino a distância. Nós não conseguimos dar um passo concreto em relação a isso também por falta de legislação clara. O próprio MEC faz uma série de restrições. Não fosse isso, poderíamos ir além do modelo atual, de aulas presenciais, porque os alunos que recebemos integram muito com as novas tecnologias. Na área de Informática, enquanto houve reserva de mercado patinamos e o mundo avançou.

### Educação é um produto?

Não, é um bem social com papel importante no desenvolvimento do país. Não é um produto que se comercializa como qualquer outro, porque lidamos com formação de pessoas. A responsabilidade é muito grande e nós, das escolas particulares, temos essa consciência.

### O que o senhor faria se pudesse promover a reforma universitária?

A primeira ação é garantir a autonomia universitária, prevista na Constituição. Definir, junto com as instituições de ensino, os instrumentos de avaliação, com uma visão integrada, por região. E cobrar das faculdades públicas e privadas um plano estratégico de atuação, voltado para a sociedade local. A partir daí, definiria um plano macro. Hoje, a cada momento o MEC cria um instrumento e não faz a integração entre eles. Também não faz o devido acompanhamento.

### Como o senhor vê o Prouni?

Até 1996 a natureza jurídica de uma instituição de ensino era sem fins lucrativos. Desde então isso mudou. Hoje, mais de 60% das mantenedoras são sem fins lucrativos. O Prouni tem a proposta de trocar tributos federais por vagas. E mesmo as sem fins lucrativos, com imunidade em relação a impostos federais, apoiaram e disponibilizaram vagas para o MEC, cumprindo um papel social, porque as faculdades públicas não têm como atender a demanda.